

Programa de DIREITO PENAL I
2º período: 80 h/a
Aula: Teórica

EMENTA

Introdução ao direito penal. Aplicação da lei penal. Fato típico. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita do direito penal, diante da perspectiva penal-constitucional e dos direitos humanos. Compreender a teoria geral do Direito Penal, a fim de aplicá-la aos tipos penas incriminadores em situações concretas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

1.1 Conceito de Direito Penal

1.1.1 Introdução

1.1.2 Denominação

1.1.3 Conceito de Direito Penal

1.1.4 Caracteres do Direito Penal

1.1.5 Posição Enciclopédica

1.1.6 Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo

1.1.7 Direito Penal Comun e Direito Penal Especial

1.1.8 Direito Penal Substantivo e Direito Penal Adjetivo

1.2 Relações do Direito Penal

1.2.1 introdução

1.2.2 Relações com as ciências jurídicas fundamentais

1.2.3 Relações com outros ramos de ciências jurídicas

1.2.4 Relações com as disciplinas auxiliares

1.3 Fontes do Direito Penal

1.3.1 Conceito

1.3.2 Fontes materiais

1.3.3 Fontes formais

1.4 Leis Penais

1.4.1 Caracteres

1.4.2 Classificações

1.4.3 Norma penal em branco

1.4.4 Interpretação da lei penal

1.4.5 Espécies de Interpretação

1.4.6 Elementos de Interpretação

1.4.7 Vigência e revogação da lei penal

UNIDADE II - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

2.1 Princípio da legalidade

2.1.1 Conceito e histórico

2.1.2 Princípios

2.2 A lei penal no tempo

2.2.1 Introdução

2.2.2 Princípios da lei penal no tempo

2.2.3 *Novatio legis* incriminadora

2.2.4 *Abolito criminis*

2.2.5 *Novatio legis in pejus*

2.2.6 *Novatio legis in mellius*

2.2.7 Lei intermediária

2.2.8 Conjugação de leis

2.2.9 Competência para a aplicação da lei mais benéfica

2.2.10 Leis temporárias e excepcionais

2.2.11 A retroatividade e a lei penal mais branda

2.2.12 Retroatividade e a lei processual

2.2.13 Tempo do crime

2.3 Lei penal no espaço

2.3.1 Introdução

2.3.2 Princípios de aplicação da lei penal no espaço

2.3.3 Territorialidade

2.3.4 Conceito de território

2.3.5 Lugar do crime

2.3.6 Extraterritorialidade incondicionada

2.3.7 Extraterritorialidade condicionada

2.3.8 Pena cumprida no estrangeiro

- 2.4 Lei penal em relação às pessoas
 - 2.4.1 Introdução
 - 2.4.2 Imunidades diplomáticas
 - 2.4.3 Imunidades parlamentares
 - 2.4.4 Imunidades absolutas
 - 2.4.5 Imunidades relativas
 - 2.4.6 Imunidades de deputados estaduais
 - 2.4.7 Outras prerrogativas
 - 2.4.8 A extradição

- 2.5 Disposições finais sobre a aplicação da lei penal
 - 2.5.1 Eficácia de sentença estrangeira
 - 2.5.2 Contagem de prazo
 - 2.5.3 Frações não computáveis na pena
 - 2.5.4 Legislação especial

UNIDADE III - FATO TÍPICO

- 3.1 Conceito de crime
 - 3.1.1 Introdução
 - 3.1.2 Conceito formal
 - 3.1.3 Conceito material
 - 3.1.4 Conceitos analíticos
 - 3.1.5 Características do crime sob o aspecto formal
 - 3.1.6 Requisitos, elementos e circunstâncias do crime
 - 3.1.7 Ilícito penal e ilícito civil
 - 3.1.8 O crime na teoria geral do direito
 - 3.1.9 O tipo penal
 - 3.1.10 Tipos dolosos e tipos culposos

- 3.2 Fato típico
 - 3.2.1 Elementos
 - 3.2.2 Teorias sobre a conduta
 - 3.2.3 Teoria causalista
 - 3.2.4 Teoria finalista
 - 3.2.5 Conceito, características e elementos da conduta
 - 3.2.6 Formas de conduta
 - 3.2.7 Caso fortuito e força maior
 - 3.2.8 O resultado
 - 3.2.9 Relação de causalidade
 - 3.2.10 Causa superveniente
 - 3.2.11 Tipicidade
 - 3.2.12 Conflito aparente de normas

- 3.3 Sujeitos e objetos do crime

- 3.3.1 Sujeito ativo
- 3.3.2 Capacidade penal do sujeito ativo
- 3.3.3 Capacidade especial do sujeito ativo
- 3.3.4 Sujeito passivo
- 3.3.5 Casos especiais
- 3.3.6 Objeto jurídico
- 3.3.7 Objeto material

3.4 Título e classificação das infrações penais

- 3.4.1 Classificação dos crimes
- 3.4.2 Crime, delito e contravenção
- 3.4.3 Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes
- 3.4.4 Crimes comissivos, omissivos próprios e impróprios
- 3.4.5 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos
- 3.4.6 Crimes simples, qualificados e privilegiados
- 3.4.7 Crimes progressivos e progressão criminosa
- 3.4.8 Crime habitual e crime profissional
- 3.4.9 Crime exaurido
- 3.4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes
- 3.4.11 Crimes materiais, formais e de mera conduta
- 3.4.12 Crimes de dano e de perigo
- 3.4.13 Crime complexo
- 3.4.14 Crimes comuns, crimes próprios e crimes de mão própria
- 3.4.15 Crimes principais e crimes acessórios
- 3.4.16 Crimes vagos
- 3.4.17 Crimes comuns e crimes políticos
- 3.4.18 Crimes militares
- 3.4.19 Crimes transeuntes e crimes não transeuntes

3.5 Crime doloso

- 3.5.1 Teorias sobre o dolo
- 3.5.2 Conceito e elementos do dolo
- 3.5.3 Dolo no Código Penal
- 3.5.4 Tipo subjetivo
- 3.5.5 Elementos subjetivos do tipo
- 3.5.6 Espécies de dolo
- 3.5.7 Dolo e pena
- 3.5.8 Elemento subjetivo nas contravenções

3.6 Crime culposo

- 3.6.1 Conceito de culpa
- 3.6.2 Conduta
- 3.6.3 Dever de cuidado objetivo
- 3.6.4 Resultado
- 3.6.5 Previsibilidade

- 3.6.6 Tipicidade
- 3.6.7 Modalidades de culpa
- 3.6.8 Espécies de culpa
- 3.6.9 Graus da culpa
- 3.6.10 Compensação e concorrência de culpas
- 3.6.11 Excepcionalidade do crime culposo

3.7 Crime preterdoloso

- 3.7.1 Crimes qualificados pelo resultado
- 3.7.2 Crimes preterdolosos

3.8 Crime consumado e tentativa

- 3.8.1 Consumação
- 3.8.2 *Iter criminis* e tentativa
- 3.8.3 Elementos da tentativa
- 3.8.4 Punibilidade da tentativa
- 3.8.5 Inadmissibilidade da tentativa
- 3.8.6 Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior
- 3.8.7 Crime impossível
- 3.8.8 Crime putativo e crime provocado

3.9 Erro de tipo

- 3.9.1 Conceito
- 3.9.2 Erro sobre elementos do tipo
- 3.9.3 Erro culposo
- 3.9.4 Erro provocado por terceiro
- 3.9.5 Erro sobre a pessoa

UNIDADE IV - ANTIJURIDICIDADE

4.1 Antijuridicidade

- 4.1.1 Antijuridicidade material
- 4.1.2 Caráter da Antijuridicidade
- 4.1.3 Exclusão da Antijuridicidade
- 4.1.4 Causas supralegais de exclusão da Antijuridicidade

4.2 Estado de necessidade

- 4.2.1 Conceito
- 4.2.2 Requisitos
- 4.2.3 Exclusão do estado de necessidade
- 4.2.4 Excesso
- 4.2.5 Estado de necessidade putativo

4.3 Legítima defesa

- 4.3.1 Conceito e fundamento

- 4.3.2 Agressão atual ou iminente e injusta
- 4.3.3 Direito próprio ou alheio
- 4.3.4 Uso moderado dos meios necessários e inevitabilidade da agressão
- 4.3.5 Elemento subjetivo
- 4.3.6 Excesso
- 4.3.7 Legítima defesa recíproca
- 4.3.8 Legítima defesa putativa

- 4.4 Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito
 - 4.4.1 Conceito e fundamento
 - 4.4.2 Violência esportiva
 - 4.4.3 Ofendículos
 - 4.4.4 Intervenções médicas e cirúrgicas
 - 4.4.5 Consentimento do ofendido

UNIDADE V - CULPABILIDADE

5.1 Culpabilidade

- 5.1.1 Teorias e conceito
- 5.1.2 Elementos da culpabilidade
- 5.1.3 Exclusão da culpabilidade

5.2 Erro de proibição

- 5.2.1 Introdução
- 5.2.2 Desconhecimento da lei
- 5.2.3 Erro sobre a ilicitude do fato
- 5.2.4 Descriminantes putativas
- 5.2.5 Erro provocado nas discriminações putativas

5.3 Coação irresistível e obediência hierárquica

- 5.3.1 Coação física irresistível
- 5.3.2 Coação moral irresistível
- 5.3.3 Obediência hierárquica

5.4 Imputabilidade

- 5.4.1 Sistemas e conceito
- 5.4.2 Inimputabilidade por doença mental
- 5.4.3 Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto ou retardado
- 5.4.4 Culpabilidade diminuída e *actio libera in causa*

5.5 Menoridade

- 5.5.1 Menoridade penal
- 5.5.2 Tempo da maioridade
- 5.5.3 Legislação especial

5.5.4 Agentes menores de 21 anos

5.6 Emoção, paixão e embriaguez

5.6.1 Conceito

5.6.2 Emoção ou paixão e aplicação da pena

5.6.3 *Actio libera in causa* e responsabilidade objetiva na embriaguez

5.6.4 Embriaguez fortuita

5.6.5 Tipos de embriaguez

UNIDADE VI - CONCURSO DE PESSOAS

6.1 Concurso de pessoas

6.1.1 Introdução

6.1.2 Teorias

6.1.3 Causalidade física e psíquica

6.1.4 Requisitos

6.1.5 Autoria

6.1.6 Co-autoria

6.1.7 Participação

6.1.8 Autoria mediata

6.1.9 Concurso de pessoas e crimes por omissão

6.1.10 Co-autoria em crime culposo

6.1.11 Cooperação dolosamente distinta

6.1.12 Punibilidade no concurso de agentes

6.1.13 Qualificadoras e agravantes

6.1.14 Concurso e circunstâncias do crime

6.1.15 Concurso e execução do crime

6.1.16 Autoria incerta

6.1.17 Multidão delinqüente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código penal comentado*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. São Paulo: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012 .

DELMANTO C. *Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Direito penal esquematizado - parte especial*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; Estefam, André. **Direito penal esquematizado - parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Código Penal Anotado*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.